

Olhar o passado imaginando o futuro
Genealogia, corpo e resistência nas *Novas Cartas Portuguesas*

Looking at the Past, Imagining the Future
Genealogy, Body, and Resistance in *New Portuguese Letters*

Joana Galhardas
Universidade de Évora
joana.galhardas@uevora.pt
orcid.org/0009-0006-4790-5941

Fecha de recepción del artículo: 23-09-2025

Fecha de aceptación del artículo: 06-10-2025

Resumo

O presente ensaio propõe uma análise das *Novas Cartas Portuguesas* (1972) e da “Fábula das Três Mulheres que Caminhavam no Deserto” (1972) enquanto práticas textuais de resistência e de contra-memória. Pretende-se refletir como ambas as obras, publicadas no mesmo ano, mobilizam estratégias narrativas e simbólicas capazes de interpelar o passado, questionar as narrativas históricas e imaginar futuros alternativos. Esta análise procurará por isso evidenciar o papel destes textos na construção de espaços de enunciação a partir das margens, subtraídos à lógica do poder e abertos à pluralidade de vozes e experiências.

Palabras clave: Corpo – contra-memória – genealogia – resistência.

Abstract

This article proposes an analysis of *Novas Cartas Portuguesas* (1972) and “Fábula das Três Mulheres que Caminhavam no Deserto” (1972) as textual practices of resistance and counter-memory. It seeks to reflect on how both works, published in the same year and united by a shared feminist and insurgent genealogy, mobilise narrative and symbolic strategies capable of engaging with the past, questioning historical narratives, and imagining alternative futures. The analysis therefore aims to highlight the role of these texts in constructing spaces of enunciation from the margins, subtracted from the logic of power and open to a plurality of voices and experiences.

Keywords: Body – counter-memory – genealogy – resistance.

1. Introdução

Em 1972 surgiu no panorama literário português uma obra coletiva publicada pela Estúdios Cor, então com a direção literária de Natália Correia, que percorreu o mundo e levantou uma onda de solidariedade feminista internacional sem precedentes. As *Novas Cartas Portuguesas*, um livro escrito a três e que toma como ponto de partida o romance epistolar publicado no século XVII por Claude Barbin, *Les Lettres Portugaises*, de Soror Mariana Alcoforado, apresentou-se como uma obra original que contestou convenções literárias e denunciou a situação política e social da mulher portuguesa no regime autoritário e patriarcal. Apesar de António de Oliveira Salazar já não governar, Portugal continuava a ser uma ditadura de cariz fascista com Marcello Caetano (1968-1974), o livro foi censurado e as suas autoras, Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, acusadas e levadas a tribunal num processo que só terminou depois do 25 de Abril de 1974. Não foi por acaso que, no mesmo ano, o suplemento «Literatura & Arte» do jornal *A Capital* publicou um texto de Maria Teresa Horta, “Fábula das Três Mulheres que Caminhavam no Deserto”. Sob a aparência de uma alegoria, o texto propõe de forma subtil, mas inequívoca, uma resposta ao processo judicial então em curso contra as autoras. Num momento em que a imprensa portuguesa estava impedida de noticiar o que ficou conhecido publicamente como o processo das *Três Marias*, a fábula conseguiu iludir a censura e inscrever no espaço público uma tomada de posição crítica.

O caso gerou uma onda de indignação e de protestos, com a manifestação de várias organizações intelectuais e feministas em ações de solidariedade transnacional para com as autoras – colocando inevitavelmente a ditadura portuguesa debaixo dos holofotes dos movimentos sociais nos Estados Unidos da América e das primeiras democracias europeias ocidentais nascidas do pós-guerra e “[assinalando-se] como a “primeira causa feminista internacional”” (Comissão Comemorativa 50 Anos 25 Abril 2024).¹ Isolados, Portugal e Espanha representaram assim os últimos regimes autoritários da Europa Ocidental. Não obstante, a evolução da questão política portuguesa não passou despercebida na vizinha Espanha, onde a Revolução dos Cravos de 1974 e dos vários acontecimentos provocados por ela funcionaram, nas palavras de Antonio Sáez Delgado (no prelo), como um “espelho” onde muitos espanhóis projetaram aspirações políticas e democráticas, olhando para Portugal com rara e consensual admiração. O interesse de Espanha incidiu por isso no acontecimento histórico português com a maior e mais diversa repercussão nas literaturas do Estado espanhol, gerando desde então uma receção plural que incluiu crónicas, ensaios, livros de viagem e obras de ficção (Sáez Delgado no prelo).

¹ As primeiras democracias europeias consolidaram-se na Europa Ocidental com a reconstrução de países como a Alemanha Ocidental, a Itália, a França, a Bélgica e os Países Baixos, após a II Guerra Mundial – apoiadas pelo Plano Marshall e pela criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951), que visava garantir a paz através da cooperação económica.

Embora a sua receção tenha sido limitada, a primeira tradução espanhola há muito esgotada das *Novas Cartas Portuguesas*, de Eduardo Butragueño e publicada pela Editorial Grijalbo em Janeiro de 1976, surgiu num momento de “Transição ibérica” (Lemus López 2002) marcado pela Revolução de Abril e a morte de Franco. Entendida como ato de “transferência cultural”, esta versão implicou, segundo Losada Soler (2012), uma mediação ideológica e cultural, com escolhas de tradução que moldaram a leitura no país vizinho.² Hoje, no ano em que se cumprem os cinquenta anos do início do processo que conduziu à transição democrática espanhola, a actualidade desta leitura vê-se novamente reforçada pela mais recente tradução da *La Umbría y La Solana*, assinada por Santiago Pérez Isasi, investigador do Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras de Lisboa, reforçando o diálogo com os feminismos ibéricos (Bermúdez & Johnson 2021) e abrindo novas possibilidades de circulação, receção e reinscrição deste texto seminal no espaço cultural hispânico.

As *Novas Cartas Portuguesas* e a “Fábula das Três Mulheres que Caminhavam no Deserto” inscrevem-se assim numa genealogia literária de resistência, reinscrevendo o corpo e a palavra femininos como territórios de contra-memória (Foucault 1996)³ e da implicação ética (Garcés 2013),⁴ recusando as narrativas oficiais e as genealogias patriarcais que condicionaram secularmente a capacidade das mulheres se relatarem a si mesmas (Butler 2015). Ao mobilizar a metáfora da doença como recusa produtiva que denuncia o regime — de forma explícita na fábula e de modo mais difuso na escrita coletiva —, estas obras revelam como a literatura pode operar como ferramenta crítica capaz de expor formas subtis de dominação simbólica e de reconfigurar espaços de enunciação subtraídos à lógica do poder.

A recente publicação *IBÉRICAS. Las mujeres y la construcción del espacio cultural peninsular (SS. XX-XXI)* (2025)⁵ e edição de *Una nueva historia de los feminismos ibéricos* (2021), reforçam justamente esta perspetiva, ao recusar narrativas unificadoras e valorizando a multiplicidade de vozes e experiências, bem como a intersecção de género, classe, etnia, sexualidade, entre outras dimensões. Esta recusa encontra eco na área científica dos Estudos Ibéricos, que nas últimas décadas se têm afirmado como um campo capaz de ultrapassar os limites estritamente nacionais,

² A análise de Losada Soler (2012) sobre este percurso evidencia a tradução como espaço de disputa política e simbólica, capaz de reinscrever a obra em novos contextos de luta e de memória.

³ Para Foucault (1996) a contra-memória é uma prática crítica que desafia as narrativas históricas dominantes, privilegiando fragmentos, descontinuidades e vozes marginalizadas. Não visa restaurar um passado “autêntico”, mas reescrever a memória a partir das margens, libertando o presente do peso de uma história única e abrindo espaço a futuros alternativos.

⁴ Para Marina Garcés (2013), reconhecer-se parte de um mundo partilhado e assumir a responsabilidade ativa pelas condições de vida comuns implica abandonar a indiferença e agir a partir de uma consciência mútua de interdependência e cuidado.

⁵ Cf. Elena Cordero Hoyo, Fátima Fernandes da Silva e Santiago Pérez Isasi (eds.), *IBÉRICAS. Las mujeres y la construcción del espacio cultural peninsular (SS. XX-XXI)* (2025)

considerando a Península Ibérica como um espaço comum, multicultural, multilingue e interligado. Esta abordagem permite analisar as culturas e literaturas ibéricas de forma supranacional, evitando a justaposição de sistemas isolados e integrando fenómenos transfronteiriços, o multilinguismo e as interações rizomáticas (Pérez Isasi 2017). Tal como nos textos que aqui analisamos, estas abordagens inscrevem-se numa metodologia comparatista e crítica, capaz de articular dimensões históricas, políticas e estéticas para pensar a literatura das mulheres como espaço de resistência, imaginação e releitura da História a partir das margens.

2. Genealogia

A História das Mulheres na literatura portuguesa é marcada por uma dupla condição de marginalidade: a exclusão sistemática do espaço público e a invisibilização no cânone literário. Todavia, a problemática não reside tanto na ausência de mulheres escritoras, que existiram e publicaram de facto, mas antes na ausência de uma presença reconhecida na História da Literatura, edificada a partir de genealogias patriarcais. Como observa Hilary Owen (2012), esta exclusão tem raízes na centralidade que o mito de Édipo adquiriu na tradição literária ocidental, servindo de matriz para a construção de uma continuidade canónica patrilinear. É precisamente contra esta lógica que Owen contrapõe a figura de Antígona, entendida por Judith Butler (2000), como paradigma alternativo e “anti-genealógico” para pensar e situar a autoria feminina. Neste sentido, a marginalidade das mulheres não equivale a um silêncio, mas antes a uma memória intermitente, construída a partir de resistências e apagamentos (Klobucka 2013), marcada por intensidades afetivas e imaginativas que implicam um compromisso ético na preservação e na reinterpretação crítica do passado. Ao cruzar a pós-memória (Hirsch 2008)⁶ com o feminismo interseccional, compreendemos como estas heranças de silêncio e resistência se reinventam no corpo e na linguagem, onde género, raça e história se entrelaçam em camadas de memória e afeto.

É neste tecido de memórias e resistências que, a partir do século XIX, as mulheres portuguesas começaram a reivindicar espaços no debate público e a inscrever as suas vozes na paisagem cultural e política, quer através da imprensa, que desempenhou um papel crucial na construção de uma consciência feminista e intelectual, quer mediante a criação de redes intelectuais que ultrapassavam fronteiras nacionais (Esteves 2021). Os ideais republicanos abriram assim novas oportunidades de participação, contribuindo progressivamente na conquista de um espaço público, até então exclusivamente masculino, e expressivamente para a História das Mulheres

⁶ Segundo Marianne Hirsch (2008), a pós-memória não resulta de uma experiência direta mas da relação que a segunda geração estabelece com traumas vividos pela geração anterior, transmitidos através de narrativas, imagens e silêncios.

(Esteves 2014). Apesar do seu carácter paternalista, a I República Portuguesa (1910-1926) reforçou, ainda que de forma limitada e temporária, a presença das mulheres na esfera cívica e política, incentivando a criação das primeiras associações femininas e encorajando debates públicos sobre os direitos das mulheres – educação, emancipação e igualdade –, que encontraram na imprensa republicana feminina a ruptura com o silêncio e submissão.

Apesar de “constituir uma (feliz) exceção” (Esteves 2014: 49), este impulso sofreu um forte retrocesso com o Golpe de 28 de Maio de 1926 e, de forma mais sistemática, com o Estado Novo (1933-1974) – regime que subordinou juridicamente as mulheres ao marido, confinando-as ao espaço doméstico, em conformidade com a ideologia católica e corporativista do Estado que, através da censura e da repressão institucional, limitaram severamente a liberdade de expressão (Esteves & Johnson 2021), mantendo as mulheres na ignorância,⁷ não só pelo que se passava no próprio país como também no estrangeiro.⁸

No entanto, muitas mulheres continuaram a resistir, a escrever e a afirmar-se, alimentando um fio de memória e de luta que atravessou o período ditatorial. Se por um lado a legislação confinava as mulheres a uma função reprodutiva e doméstica, a escrita oferecia uma via de reconfiguração simbólica do corpo e da palavra. Sob (auto)vigilância e (auto)censura, muitas escritoras trabalharam nas sombras do discurso permitido, recorrendo muitas vezes a pseudónimos, formas alegóricas, fragmentárias ou híbridas para contornar o controlo ideológico. A literatura tornou-se assim um espaço privilegiado para a construção de contra-discursos que reconfiguravam simbolicamente o corpo e a voz, questionando a ordem estabelecida.

É neste horizonte que surgem as *Novas Cartas Portuguesas*, uma obra que deve ser lida não como a fundação de uma genealogia feminina linear, mas como um texto insurgente que, através da polifonia, da intertextualidade e da liberdade formal, denuncia a opressão patriarcal e autoritária. Ao reinscreverem a memória de Soror Mariana Alcoforado, não como heroína de uma linhagem única, mas como voz contingente de resistência, as autoras afirmam uma escrita que é “simultaneamente fundadora e anti-fundacionalista” (Owen 2012). Nesse gesto, recusam o essencialismo de uma genealogia materna fixa (Butler 2000) e apostam numa pluralidade de vozes e temporalidades, que inscrevem a autoria feminina como prática de resistência e contra-memória (Foucault 1996). Assim, a escrita das mulheres revela-se também escrita da História – na perspectiva de Walter Benjamin em *Über den Begriff der*

⁷ Em 1970 um em cada quatro portugueses era analfabeto, dos quais 64% eram mulheres. A taxa de analfabetismo era de 25,7%, sendo superior entre as mulheres do que nos homens (31% em comparação com 20%) (Soares & Ramos 2024).

⁸ Publicações como *Le Deuxième Sexe* (1949), de Simone de Beauvoir ou *The Feminine Mystique* (1963), de Betty Friedan, apenas chegaram a Portugal depois do 25 de Abril de 1974.

Geschichte (1940),⁹ como a voz dos vencidos que resiste ao esquecimento e se opõe à história oficial – construída a partir das margens, em movimento e permanente reinvenção.

A genealogia literária é, pois, repensada como uma rede ética e política de transmissão, em que a continuidade deixa de depender de uma filiação essencialista para se afirmar como um processo de partilha e de escuta. Trata-se do que Ana Luísa Amaral (2013) reconhece como uma escrita de resistência afetiva e política, onde a herança se reconstrói em rede e não em linha, “[uma] cartografia a vários tempos, que não dispensa a ideia de outro, como mesmo, ainda que alheio.” (Amaral 2013: 8). Sobre esta perspectiva convergem ainda a implicação ética e as políticas do cuidado como formas de resistência e de manutenção do comum (Garcés 2013; Puig de la Bellacasa 2023), que encontram no corpo o seu primeiro lugar de inscrição e onde a resistência se torna sensível e se faz experiência.

3. Corpo e Resistência

Historicamente usada para estigmatizar e moralizar certas experiências corporais e emocionais, operando como dispositivo de controlo social, a metáfora da doença produziu um discurso médico e cultural que associava as mulheres a estados emocionais – histeria, fraqueza nervosa, melancolia – infantilizando-as e legitimando a sua exclusão simbólica. A interrogação que estrutura a fábula: “Que doença é esta que nos querem pôr na boca?” (Horta 2019: 171), dá voz ao sentimento de contaminação simbólica e de violência discursiva que o processo judicial e o regime procuravam impor sobre as autoras. Imagens como *veneno*, *sede*, *fenda*, *sangue*, *boca* constroem uma alegoria de resistência em que corpo e linguagem femininos são figurados como territórios expostos a um envenenamento cultural, destinado a silenciar e controlar. Aqui, a metáfora da doença é conscientemente subvertida. Existe em si mesma uma recusa, ao deslocar a ideia de doença do corpo feminino para o corpo da ordem social e discursiva que procura silenciar e envenenar as mulheres – um gesto de resistência e de manifestação contra as próprias formas de interpretação (Sontag 2010) que se tornaram limitadoras e nocivas.

Perguntar “Que doença é esta que nos querem pôr na boca?” (Horta 2019: 171) é precisamente recusar e manifestar-se contra essa naturalização da doença como essência feminina, e expor a violência do regime que tenta transformar o feminino em patológico. Longe de reforçar um discurso de vitimização, a metáfora torna-se um operador crítico, permitindo uma reinscrição insurgente do corpo e da palavra femininos no espaço político e literário. Este gesto de resistência literária prolonga e

⁹ Cf. Michael Löwy, *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”* (2005)

reativa sob uma nova forma algumas das tensões que atravessam as *Novas Cartas Portuguesas*.

Embora na obra coletiva a metáfora da doença não seja um eixo temático explícito, as autoras constroem um campo discursivo em que a inscrição da violência sobre o corpo e a linguagem é explorada. A fragmentação do texto, o coro,¹⁰ a tematização da censura e da repressão erótica e simbólica instauram uma escrita espalhada que expõe a relação de poder sobre os corpos das mulheres e sobre as suas próprias possibilidades de enunciação. A literatura reafirma-se assim um lugar de resistência, território de reinscrição de experiências silenciadas. Tal como Garcés (2013) reflete no capítulo «Interrumpir el sentido del mundo», uma das tarefas fundamentais de uma crítica implicada é compreender que pensar exige estar no mundo e com o mundo, num movimento em que distância e proximidade, corpo e pensamento, se tornam inseparáveis (Garcés 2013: 74).

A este gesto de interrupção e de reinscrição corresponde uma recusa do distanciamento e ao mesmo tempo uma implicação no combate simbólico. A ativação da metáfora da doença na fábula permite iluminar criticamente aspectos da escrita das *Novas Cartas Portuguesas*, e de que modo ambas as instâncias participam de um projeto comum: uma prática literária de resistência que interroga radicalmente as relações entre corpo, linguagem e poder. A pergunta da «Terceira Carta V», e que ecoa nas *Novas Cartas Portuguesas*, “Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” (NCP 2024: 197)¹¹ marca uma consciência dos limites e das potências da criação literária num contexto de silenciamento. A partir desta tensão, a metáfora da doença, tal como é mobilizada na fábula, oferece uma chave crítica para pensar a escrita das autoras como um gesto profundamente implicado, um ato de resistência ética e simbólica no interior de um espaço discursivo dominado por uma sociedade patriarcal repressiva. Esta tomada de lugar, pode ser compreendida como a urgência das mulheres se escreverem a si próprias, reclamando a linguagem e a história de onde foram secularmente excluídas (Cixous 2022).

Se a “Fábula das Três Mulheres que Caminhavam no Deserto” explícita a metáfora da doença como uma tática de resistência discursiva no contexto do processo judicial das *Novas Cartas Portuguesas*, a escrita coletiva da obra constrói a partir de *Lettres portugaises* um campo de resistência em que a inscrição da violência simbólica sobre o corpo e a linguagem feminina é permanentemente interrogada. Embora as *Novas Cartas Portuguesas* não mobilizem diretamente esta metáfora, a sua estrutura textual e o seu trabalho sobre o discurso e o corpo expõem de forma crítica o modo

¹⁰ À semelhança do coro trágico que traduz a voz coletiva da polis, as *Novas Cartas Portuguesas* erguem uma voz polifônica feminina que comenta, denuncia e reinscreve a experiência das mulheres na comunidade literária e social.

¹¹ Usarei a sigla NCP a cada citação das *Novas Cartas Portuguesas*, respeitando a voz coral.

como o poder patriarcal atua sobre as mulheres. Em *Dons e disciplinas do corpo feminino: os discursos sobre o corpo na história do Estado Novo* (2017), Inês Brasão analisa como a opressão, a censura e a repressão do Estado Novo moldaram a experiência do corpo feminino e da palavra, construindo uma pedagogia do corpo e convertendo-o num instrumento de regulação moral e política (Brasão 2017). Esta dinâmica evidencia que o controlo da linguagem e o controlo do corpo operam como dimensões complementares da mesma lógica repressiva, limitando a possibilidade das mulheres se narrarem a si mesmas e de se fazerem representar (Butler 2015).

A literatura surge como um espaço de denúncia da violência simbólica imposta às mulheres e, simultaneamente, de abertura de um campo onde corpo e linguagem podem ser reinscritos de modo solidário e insurgente. Esta tensão atravessa as *Novas Cartas Portuguesas* e encontra formulação particularmente potente em fragmentos como a «Segunda Carta VIII», onde se reafirma a necessidade ética de continuar a escrever:

Irmãs:

Uma de nós perguntou:

“Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?”

E eu hoje respondo (nos) com esta frase do Reynaldo Arenas:

“Nesse tempo sentia-me só e refugiava-me na literatura.”

(NCP 2024: 220)¹²

Este refrão inquieto percorre o texto e sublinha a consciência aguda de que, num contexto de censura, o poder da palavra é tão insuficiente quanto vital. Reconhece-se o risco da neutralização, da manipulação, do esvaziamento do discurso mas também da literatura como abrigo precário, mas necessário, um movimento de resistência e de exposição transgressor:

Que tempo? O nosso tempo. E que arma, que arma utilizamos ou desprezamos nós?

Em que refúgio nos abrigamos ou que luta é a nossa enquanto apenas no domínio das palavras?

O que podemos com elas em nosso favor e de mulher em mulher nos dizermos e contarmos do domínio que ainda somos [...]?

(NCP 2024: 220)

Este campo de tensão, que denuncia explicitamente o efeito insidioso da falsa emancipação e da manipulação discursiva que o regime exerce sobre o corpo e o desejo femininos, continua de forma incisiva:

Eis-nos, pois irmãs, em plena era da libertação da mulher portuguesa... [...]

¹² A referência a Reynaldo Arenas é utilizada nesta resposta como um testemunho da luta pela liberdade individual e literária, num contexto de opressão e resistência ao regime castrista.

E o homem exulta, irmãs, e ajuda a mulher nesta farsa, neste engodo de, nesta falsa e vergonhosa «libertação» onde cada vez mais presa (e agora de si própria), a mulher é apanhada nas malhas de uma sociedade que a usa, a domina, a escraviza, a conduz, a utiliza, a manuseia, a consome.

(NCP 2024: 221)

Aqui, o texto revela que o discurso de abertura da sociedade portuguesa promovido pela propaganda do regime Marcelista sob a aparência de proteção ou modernização, neste caso sobre a emancipação feminina, funciona como um dispositivo de controlo mais sofisticado que envolve as mulheres numa cadeia de servidões normalizadas. O sujeito feminino é simultaneamente colonizado e convocado a internalizar a norma, ou seja, a tornar-se cúmplice da sua própria subjugação.

A estrutura fragmentária e polifónica das *Novas Cartas Portuguesas* reforça esta transgressão. Ao justapor fragmentos, cartas, poemas e manifestos, as autoras recusam a lógica linear e unitária do discurso oficial, e constroem um espaço textual onde as vozes femininas podem insurgir-se, cruzar-se e corrigir-se mutuamente. Esta escrita propõe um corpo textual plural, capaz de resistir à fragmentação imposta pelo regime e de reinscrever as experiências silenciadas, assente num princípio de afinidade existencial entre mulheres, do qual decorre uma forma de solidariedade política (Klobucka 2009).

É este coro textual insurgente que dá à obra a sua força de resistência. Neste contexto, é ainda importante recordar que, tal como sublinha Rita Felski em *Beyond Feminist Aesthetics* (1989), o campo da crítica feminista deve resistir à tentação de essencializar a experiência feminina ou a prática literária das mulheres. Felski argumenta que a tentativa de estabelecer uma estética feminista universal ou uma teoria geral da literatura de mulheres incorre no risco de apagar a pluralidade das práticas literárias feministas. Ao enfatizar a heterogeneidade de contextos históricos, sociais e culturais em que estas práticas se inscrevem, a autora propõe uma abordagem crítica que reconhece a diversidade de formas, experiências e modos de mediação que configuram a escrita das mulheres e a sua receção.

O que está em causa nas *Novas Cartas Portuguesas* é precisamente uma escrita plural, heterogénea, que resiste à imposição de um modelo fixo ou redutor da experiência feminina. Neste sentido, a implicação ética (Garcés 2013), torna-se uma chave de leitura fecunda para compreender este projeto literário, reforçando a visão relacional do sujeito, e sublinhando que o 'eu' não tem história própria que não seja também a história de uma relação (ou conjunto de relações) para com um conjunto de normas (Butler 2015):

Que pode a literatura, irmãs, as palavras, contra tudo isto? Havendo ainda por cima a contar sempre com que: “a mulher não tem uma cultura própria. Ela existe numa cultura onde o poder pertence aos homens, logo ela está, nessa cultura, alienada”... (NCP 2024: 222)

Esta opacidade constitutiva do sujeito implica que qualquer relato de si, como aquele que as três autoras constroem, é sempre um gesto situado e ético, marcado pela exposição às forças normativas que procuram definir o corpo e a palavra femininos. É precisamente aqui que operam, expondo as formas concretas de dominação que atuam sobre o corpo e a linguagem das mulheres, e assumindo no ato de escrever uma posição de resistência. A «Segunda Carta VIII» constrói-se como uma resposta direta à pergunta da «Terceira Carta V». Ambas ilustram como a literatura, embora vulnerável, continua a ser um espaço de enunciação onde a inscrição do poder pode ser denunciada e onde novas formas de dizer e de viver podem ser experimentadas. A pergunta sobre o poder da palavra não é retórica, ela marca uma tensão ética e política que estrutura toda a escrita das *Novas Cartas Portuguesas*.

A análise dos textos revela, portanto, que estamos perante um projeto literário coletivo profundamente implicado, como já vimos, onde a escrita se constitui como espaço de resistência ética e simbólica. A pergunta “Que doença é esta que nos querem pôr na boca? (Horta, 2019: 171) mobiliza a metáfora de forma explícita e oferece assim uma chave crítica para pensar este gesto. Tal como expusemos anteriormente, imagens como *veneno*, *sede*, *fenda*, *sangue* e *boca* figuram de maneira concentrada a experiência de contaminação simbólica e da violência discursiva que o regime procurava impor às autoras e, por extensão, às mulheres da sociedade portuguesa.

Nas *Novas Cartas Portuguesas*, embora estas imagens não sejam diretamente mobilizadas, a escrita coletiva constrói um campo discursivo em que a inscrição do poder sobre o corpo e a linguagem é permanentemente exposta e combatida. Fragmentos como a denúncia da “falsa e vergonhosa «libertação»” que mantém a mulher presa e manipulada “nas malhas de uma sociedade que a usa, a domina, a escraviza, a conduz, a utiliza, a manuseia, a consome” (NCP 2024: 221) espelham “[este] veneno a crescer-nos no sangue que mansamente nos vais magoando o corpo que não cede...” (Horta: 2019: 171) e evidenciam como o discurso da emancipação é falacioso e se articula com formas subtis de violência simbólica em que o corpo e a palavra femininos foram historicamente alvo de um trabalho de apropriação e distorção. Esta violência, inscrita tanto na linguagem como nos corpos, não se limita à ficção ou ao discurso, ela ecoa nas estruturas históricas e culturais que, durante séculos, silenciaram a presença e a voz das mulheres na literatura e na esfera pública.

A escassa visibilidade das mulheres no panorama literário nacional, antes da afirmação da produção artística e intelectual feminina no século XX, não deve ser

entendida como mera ausência neutra, desprovida de implicações culturais, sociais ou políticas, mas sim como resultado de um processo longo, deliberado e violento de repressão das liberdades e aspirações femininas (Klobucka 2013). É este processo histórico de repressão que as autoras das *Novas Cartas Portuguesas* vêm expor e desestabilizar através da sua escrita insurgente, como é exemplo a multiplicação da figura da Soror Mariana na figura plural das Marianas e o seu desdobramento em Marias Anas, Anas Marias, Joanas e Mónicas. Ao expor este processo, as autoras abrem um espaço onde o gesto literário se torna ato de resistência. A interrogação: “Mas o que pode a literatura? Ou antes: o que podem as palavras?” (NCP 2024: 197), é latente em toda a obra e reafirma a tensão entre a vulnerabilidade da linguagem e a sua potência ética e política. A literatura, mesmo quando precária, continua a ser um lugar onde corpo e palavra podem ser reinscritos de modo insurgente:

– Abram – dizemos – os cortinados, para que a claridade entre e nada fique obscuro ou falso ou escondido: É preciso que haja, que se encontre a estrutura de tudo; a posição de tudo bem explícita no seu cristal, no seu vidro, na sua água tão lisa como um espelho para que a imagem não fique deformada. (Horta: 2019: 172)

A questão da memória e da genealogia é central neste processo, face à aparente ausência das mulheres da tradição literária portuguesa, levando à construção de novas linhagens de escrita (Owen 2012). Ao transformar o corpo em lugar de enunciação e de resistência, as autoras fazem da escrita uma prática ética de resistência e de cuidado, onde corpo e linguagem se tornam indissociáveis. As *Novas Cartas Portuguesas* afirmam-se simultaneamente como um texto fundador e transformador dessa nova memória cultural, que rompem com o silêncio imposto e reinscrevem as experiências corporais e históricas das mulheres no espaço da literatura. A recusa da genealogia patriarcal é ainda descrita por Klobucka (2008), como o horizonte político e metodológico de uma *herstory* da literatura portuguesa, que deve rejeitar as premissas de uma continuidade genealógica linear e propõe, por sua vez, uma filiação insurgente e relacional — um modo de pensar o corpo e a escrita como espaços de resistência, criação e transmissão.

4. Considerações Finais

As *Novas Cartas Portuguesas* exemplificam uma escrita fragmentária, descontínua, consciente da instabilidade do seu próprio sujeito, que propõe um contra-mapeamento da memória cultural das mulheres, recusando tanto a genealogia patriarcal como a nostalgia de uma linhagem feminina essencializada. As três autoras operam a partir de uma posição de opacidade e de marginalidade, desestabilizando as formas dominantes de parentesco e de narrativa histórica. A escrita insurgente das *Novas Cartas Portuguesas* constrói, desta forma, um espaço de contra-memória, onde

o corpo e a palavra femininos podem inscrever-se de modo contingente e resistente na recusa da imposição de um corpo doente e silenciado.

É este gesto de recusa que percorre as duas obras, uma escrita que dá corpo à palavra e palavra ao corpo, uma escrita do corpo, numa operação crítica que transforma o *veneno* em resistência. Aqui encontramos uma literatura que não cura nem resolve as contradições da História, mas que inscreve uma prática de resistência, fragmentária e inapagável. Ao reinscrever no texto as vozes silenciadas das Marianas, ao expor as violências do poder patriarcal e do regime, afirma-se uma escrita coletiva e transgressora onde as autoras constroem um corpo comum alternativo de palavra e de memória. Ao abrir fissuras nas narrativas hegemónicas e ao projetar futuros múltiplos a partir das margens, estas vozes literárias lembram-nos que a memória não é apenas um território do passado, mas um campo vivo onde se disputa o sentido do porvir, e onde é necessário procurar por “(...) um ponto de equilíbrio entre a memória que é preciso activar e reactivar e a sua parcial dissolução nos tempos e nos contextos, que implica uma ética de ajustamento ao mundo e uma aceitação de futuro.” (Amaral 2013: 18)

Assim como Octavio Paz afirmou que “Nuestro futuro, nuestra idea del futuro, se bambolea y vacila: la pluralidad de pasados vuelve plausible la pluralidad de futuros” (Paz 1981: 215), torna-se possível pensar a literatura como espaço de elaboração crítica e imaginação política, onde se contestam narrativas únicas e se reivindicam temporalidades alternativas. Estas literaturas participam ativamente de uma “tradição da ruptura” (Paz 1981), reinscrevendo passados silenciados e projectando futuros que se afastam das genealogias essencialistas. Neste contexto, a escrita das *Novas Cartas Portuguesas* constitui um *relato de si* profundamente relacional e exposto, no qual as mulheres se assumem implicadas numa rede de normas e forças sociais que procuram reinscrever criticamente. A metáfora da doença, na fábula, funciona como operador crítico que desvela as formas insidiosas da dominação simbólica da ditadura, transformando a palavra em resistência ética, política e em contra-memória. Assim, as *Novas Cartas Portuguesas* marcam e inscrevem-se como contributo decisivo para uma *herstory* (Klobucka 2008) que não quer apenas restaurar ou narrar o passado, mas transformar o presente e a memória, revelando a potência da ficção como lugar de resistência.

A pertinência destes textos na atualidade e o interesse académico podem ser compreendidos no contexto de uma Europa que enfrenta uma crise da memória recente, resultante em grande medida do desaparecimento das gerações que viveram diretamente os grandes traumas históricos do século XX. Neste cenário, a pós-memória (Hirsch 2008) assume um papel central no resgate das narrativas marginalizadas pelas versões oficiais da História, desafiando as fabricações e os esquecimentos coletivos que se constituem como elementos estruturantes das identidades nacionais (Ernest Renan 2018). Herdada das violências e apagamentos históricos, transmitida tanto

pelos afetos como pelas ausências, a pós-memória oferece-nos perspectivas de análise capazes de desafiar o conceito estanque de História permitindo-nos compreender o nosso presente a partir das margens.

5. Bibliografia

- Amaral, A. L. (2013). Literatura e Mundo em Novas Cartas Portuguesas: O Azulejo dos Tempos. *Lyra: Revista Da Rede Internacional Lyra* *compoetics*, 1(3). <https://www.elyra.org/index.php/elyra/article/view/14> [último acesso: 09/10/2025]
- Barreno, M. I., Horta, M. T., & Costa, M. V. da. (2024). *Novas Cartas Portuguesas—Edição anotada*. D. Quixote.
- Bermúdez, S., & Johnson, R. (eds.). (2021). *Una Nueva Historia de los Feminismos Ibéricos*. tirant humanidades.
- Brasão, I. (2017). *Dons e Disciplinas do Corpo Feminino*. Outro Modo.
- Butler, J. (2000). *Antigone's Claim: Kinship Between Life and Death*. Columbia University Press.
- Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo. Crítica da violência ética*. autêntica.
- Cixous, H. (2022). *O Riso da Medusa*. Bazar do Tempo.
- Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril. sem data. «Novas Cartas Portuguesas». 50 Anos 25 Abril. Acedido 14 de novembro de 2024. <https://50anos25abril.pt/historia/novas-cartas-portuguesas/> [último acesso: 12/10/2025]
- Esteves, J. (2014). «Produção, transmissão e reenquadramento do conhecimento por via da história das mulheres: o caso da 1.ª República». *ex æquo*, n.º 30: 39–53. <https://doi.org/DOI:%2520https://doi.org/10.22355/exaequo.2014.30.03> [último acesso: 09/10/2025]
- Esteves, J. (2021). «8. Contexto histórico del feminismo y de los derechos de la mujer en Portugal del Siglo XIX». Em *Una Nueva Historia de los Feminismos Ibéricos*, editado por Silvia Bermúdez e Roberta Johnson. Pensamiento y Acción Feminista. Tirant humanidades.
- Esteves, J., & Johnson, R. (2021). 2 «20. Panorama histórico de Portugal y España». Em S. Bermúdez & R. Johnson (Eds.), *Una Nueva Historia de los Feminismos Ibéricos* (pp. 155–166). tirant humanidades.
- Foucault, M. (1996). *Language, Counter-memory, Practice. Selected Essays and Interviews*. Cornell University Press.
- Garcés, M. (2013). *Un mundo común*. Edicions Bellaterra.
- Hirsch, M. (2008). "The Generation of Postmemory". *Poetics Today*, 29(1), 103–128. <https://doi.org/10.1215/03335372-2007-019> [último acesso: 22/01/2025]
- Felski, R. (1989). *Beyond Feminist Aesthetics: Feminist Literature and Social Change*. Harvard University Press. Internet Archive. <https://archive.org/details/beyondfeministae0000fels/page/n1/mode/2up>. [último acesso: 12/06/2025]

- Horta, M. T. (2019). «Fábula das Três Mulheres que Caminhavam no Deserto». Em *Quotidiano Instável. Crónicas (1968-1972)*. D. Quixote.
- Klobucka, A. (2008). "Sobre a hipótese de uma herstory da literatura portuguesa". *Veredas - Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, 10, 13–25. <https://revistaveredas.org/index.php/ver/article/view/128> [último acesso: 12/06/2025]
- Klobucka, A. (2009). *O Formato Mulher. A Emergência da Autoria Feminina na Poesia Portuguesa*. Angelus Novus. https://www.academia.edu/94650779/O_Formato_Mulher_A_Emergência_da_Autoria_Feminina_na_Poesia_Portuguesa [último acesso: 12/06/2025]
- Klobucka, A. (2013). O cânone literário português e as mulheres. Em *Uma Antologia Improvável: A Escrita das Mulheres (Séculos XVI a XVIII)*. Relógio D'Água Editores.
- Lemus López, E. (2002). "La transición ibérica. Ruptura frente a reforma en las democratizaciones de Portugal y España". *CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade*, 8, 103–122. <https://www.cepese.pt/portal/pt/populacao-e-sociedade/edicoes/revista-populacao-e-sociedade-no-8> [último acesso: 17/08/2025]
- Losada Soler, E. (2012). "A Tradução de «Novas Cartas Portuguesas» para Espanhol. Texto e Contexto". *Cadernos De Literatura Comparada*, 26/27, 128–145. <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/108> [último acesso: 15/08/2025]
- Owen, H. (2012). "Filhas de Antígona no país das três Marias? Uma questão de género e genealogia Autores". *Cadernos De Literatura Comparada*, 26/27. <https://ilc-cadernos.com/index.php/cadernos/article/view/100> [último acesso: 12/06/2025]
- Paz, O. (1981). *Los hijos del limo. Del romanticismo a la vanguardia*. Seix Barral.
- Pérez Isasi, S. (2017). "Los Estudios Ibéricos como estudios literarios: Algunas consideraciones teóricas y metodológicas". Em *Procesos de nacionalización e identidades en la Península Ibérica* (pp. 347–361). Universidad de Extremadura.
- Puig de la Bellacasa, M. (2023). O pensamento disruptivo do cuidado. *Anuário Antropológico*, 48(1), 108–133. <https://doi.org/10.4000/aa.10539> [último acesso: 17/08/2025]
- Renan, E. (2018). *What Is a Nation? And Other Political Writings*. Columbia University Press.
- Sáez Delgado, A. (no prelo). *As (outras) literaturas ibéricas no espelho da revolução portuguesa*.
- Soares, M. R., & Ramos, G. A. (2024, abril 23). *50 Anos de Revolução. Quem éramos, quem somos*. RTP Notícias. https://www.rtp.pt/noticias/pais/50-anos-de-revolucao-quem-eramos-quem-somos_es1565209 [último acesso: 14/11/2024]
- Sontag, S. (2010). *A Doença como Metáfora*. Quetzal Editores.